

ROBERTO SATURNINO BRAGA

|| POR CARMEM FEIJÓ, DAVID KUPFER, LUIZ CARLOS DELORME PRADO, RICARDO BIELSCHOWSKY E ROSA FREIRE D'AGUIAR

Há muito os *Cadernos do Desenvolvimento* planejavam a entrevista com o ex-senador Roberto Saturnino Braga, atual diretor-presidente do Centro Internacional Celso Furtado. Esta oportunidade se apresentou em janeiro de 2016, quando Braga recebeu em seu apartamento do Leblon, no Rio de Janeiro, seus entrevistadores: Luiz Carlos Delorme Prado, David Kupfer, Ricardo Bielschowsky, Rosa Freire d'Aguiar, via skype, e Carmem Feijó.

Em quase quatro horas de conversa, o ex-senador discorreu sobre sua longa carreira como funcionário concursado do BNDE e sua vida pública, iniciada em 1963, quando foi eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro, com apenas 31 anos. Como filho e neto de políticos, ele sempre teve a política nas conversas da família. Sua atuação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal foi marcada pelas grandes discussões sobre questões econômicas, em particular a defesa da atuação das empresas estatais em prol do desenvolvimento econômico. Prefeito

do Rio de Janeiro de 1986 a 1988, ele implementou de forma pioneira a gestão participativa da cidade, experiência muito à frente do seu tempo em termos de administração municipal. Contudo, desavenças na política levaram ao episódio traumático da falência da Prefeitura, com um desgaste pessoal que durou alguns anos para se dissipar. A volta à vida pública ocorreu em 1999, com sua eleição ao Senado Federal, agora em um contexto político democrático. Saturnino Braga se retirou da vida parlamentar em 2007, após 40 anos de militância política ilibada. Publicar em *Cadernos do Desenvolvimento* o seu testemunho, em um momento em que o país presencia escândalos financeiros ligados a políticos em altos postos do Parlamento brasileiro, é um privilégio que o Centro Celso Furtado tem a honra de proporcionar aos seus leitores.

LUIZ CARLOS DELORME PRADO – Podemos começar pela sua formação: você é economista e engenheiro, ou só engenheiro?

ROBERTO SATURNINO BRAGA – Tenho formação de engenheiro e depois fiz um curso de engenharia econômica, extensão de um ano, e depois o da Cepal, de desenvolvimento econômico, e ainda o do Iseb. Entrei no primeiro concurso para o BNDE, em 1956. O concurso era para engenheiros, economistas e advogados, mas o BNDE era a casa dos economistas, então me liguei muito à economia.

LUIZ CARLOS – Naquelas equipes que tinham sempre engenheiros, economistas e advogados?

Isso foi criação do Roberto Campos. O criador do banco foi Getúlio Vargas, mas o grande estruturador do BNDE foi o Campos, que na época era um desenvolvimentista, ligado ao pessoal do Iseb e do Grupo de Itatiaia. Depois é que virou um “mercadista”, um neoliberal radical. Mas naquela época impôs algumas diretrizes ao banco que permaneceram e foram extremamente importantes. Primeiro, só entrava funcionário concursado. Segundo, todas as decisões de financiamento eram tomadas pela diretoria, com base em parecer de um grupo de trabalho no qual havia um economista, um engenheiro e um advogado, que examinavam os aspectos específicos. A diretoria podia não aceitar o parecer, mas era difícil, tinha que justificar. Isso deu ao banco uma proteção muito grande contra influências estranhas.

LUIZ CARLOS – Houve alguma influência das organizações internacionais nessa concepção do BNDE? O Brasil tivera uma participação muito importante em Bretton Woods.

O Brasil deveria ter tido assento no Conselho de Segurança permanente da ONU, até porque foi o único país independente que participou da guerra. Outros, como Índia, participaram, mas ainda eram colônias. Não tivemos uma cadeira lá por preconceito. Esse preconceito existe até hoje, pode ter impedido Celso Furtado de ganhar o prêmio Nobel.

ROSA FREIRE D’AGUIAR – Qual foi a sua participação política na juventude?

Eu fui da Juventude Comunista. E quando entrei para o BNDE houve um episódio que é importante mencionar. Eu era engenheiro na Companhia de Álcalis, em Cabo Frio. Abriu o concurso para o BNDE em 1956, fiz as provas e fui bem aprovado. Eram três provas técnicas. Fui a Cabo Frio pedir demissão da Álcalis, voltei para assumir, porque a posse era quase imediata. Quando cheguei em casa, minha mãe chorava e dizia: “Você não foi aprovado, não passou no concurso”. Meu pai estava ao lado e disse: “Você não leu o edital por completo. O edital tinha uma quarta prova, que é a prova de investigação social”. Ou seja, a ficha no Dops. No governo Juscelino Kubistchek! Fomos três reprovados: eu, Juvenal Osório Gomes e Ignácio Rangel. Então o Roberto Campos, pessoalmente, foi ao Armando Falcão, que era o ministro da Justiça do Juscelino, a quem o Dops estava subordinado, e comunicou que ia nomear os três, alegando: “São jovens e participação de jovem na política não quer dizer muita coisa, eu assumo a responsabilidade”. E nomeou.

LUIZ CARLOS – Logo no início no BNDE você teve uma participação importante no programa ferroviário.

Sim, porque logo manifestei preferência pelo setor de transportes. Fui lotado numa divisão de projetos e estudos de transportes, em um momento em que o BNDE financiava fortemente a reestruturação e o reaparelhamento das ferrovias brasileiras. Trabalhei nesse projeto e, depois, no da indústria naval, do Estaleiro Mauá. O BNDE não financiava rodovia e transporte aéreo.

LUIZ CARLOS – Na época havia esse debate sobre as ferrovias, que hoje são tão poucas.

As ferrovias brasileiras foram quase todas implantadas pelos ingleses. Mas a partir dos anos 1930-40, foram ficando cada vez mais sucateadas. A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos fez o levantamento dos projetos prioritários na área de infraestrutura e focou muito no reaparelhamento das ferrovias. Depois, o financiamento ficou a cargo do BNDE, pois o dinheiro do Eximbank

não veio. Na Comissão Mista foram escolhidos projetos que teriam financiamento conjunto, mas que acabou sendo só do BNDE. Depois, o banco se concentrou na siderurgia. Primeiro ferrovia, depois siderurgia e energia elétrica. Nos anos 1950-60 jogou maciçamente no investimento de infraestrutura.

DAVID KUPFER – Na produção de automóveis também? O Grupo Executivo da Indústria Automobilística – Geia – era dado como praticamente mantido pelo BNDE.

O BNDE não entrou nisso. O Geia aprovava projetos que teriam incentivos fiscais, mas não financiamento. O BNDE na sua origem estava proibido, por estatuto, de financiar empresas de capital estrangeiro, e toda a indústria automobilística era de capital estrangeiro. O BNDE não podia financiar.

ROSA – Queria voltar ao seu percurso. Você foi da primeira turma do Curso Cepal-BNDE e da primeira turma do Iseb. Lá se vão 60 anos. Que avaliação você faz dessas duas iniciativas, hoje vistas por pesquisadores como grandes escolas de governo, anteriores ao Ebp da FGV?

Ainda antes do BNDE, eu acompanhava o grupo do Ibesp – Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política, que era o mesmo Grupo de Itatiaia que desembocou no Iseb, ao qual pertencia Roberto Campos. Eu me interessava por desenvolvimento, economia e política. O Iseb era muito da política, de formular a filosofia do desenvolvimento brasileiro. E fizeram um conjunto de publicações e cursos que, a meu juízo, definiram essa filosofia, a do primeiro desenvolvimentismo, dos anos 1950. A Cepal era organização internacional, mais focada na economia. O Iseb tinha um foco muito mais amplo. Eu estava no BNDE e queria fazer o curso do Iseb. Fui ao Roberto Campos, então presidente, para pedir autorização, porque era um curso em tempo integral, durava uns oito meses. Campos me sugeriu fazer primeiro o da Cepal. Acabei fazendo os dois, primeiro o da Cepal e, no ano seguinte, o do Iseb. Também me encantei muito com o curso da Cepal. Minha atenção era pouco voltada para a economia, e mais para a política, a filosofia, a sociologia,

mas o curso da Cepal me levou a pensar mais na economia, o que foi ótimo. Conheci e foi a primeira vez que tive aula de Celso Furtado. Celso não era professor do curso, mas vinha de Santiago para dar uma semana de aulas para a gente.

LUIZ CARLOS – Quem eram os professores?

Lembro de Aníbal Pinto, o que mais se ligou a nós. Do Osvaldo Sunkel, do Regino Boti, cubano ligado ao Fidel e que chegou a ser ministro depois da Revolução. Tinha um venezuelano que era senador da Venezuela, Braulio Jatar, ótimo professor. Tinha o Manuel Balboa, um argentino. Os cursos eram em portunhol... A Cepal é a criadora do portunhol... O grosso dos alunos era do Rio, mas tinha gente do Brasil todo. A turma era bem grande, uns 50 alunos, e desses, uns 10 eram do BNDE. Começava-se com contabilidade social e macroeconomia. Aníbal Pinto dava financiamento do desenvolvimento, o senador venezuelano dava política do desenvolvimento. O foco principal era o campo econômico, ao passo que o Iseb era um foco mais político. Olhando retrospectivamente, poderiam ser vistos como complementares.

LUIZ CARLOS – Vocês tinham filosofia no Iseb?

Tínhamos. O Álvaro Vieira Pinto era o professor de filosofia. Helio Jaguaribe dava aula de ciência política, e também entrava muito na filosofia. Sociologia era com o Guerreiro Ramos. Roland Corbisier também entrava em filosofia, era brilhante. Era um curso de muito boa qualidade. O Cândido Mendes dava história, mais geral. Quem dava história do Brasil era o então coronel Nelson Werneck Sodré.

ROSA – Antes da política eu gostaria de saber um pouco da importância da música na sua vida. Você pensou em se profissionalizar?

Foi no tempo em que eu era estudante. Cantava, fazia recitais, e sim, claro que pensei em ser intérprete. Eu sabia que tinha voz bonita. Bonita e boa, e também musicalidade, a chamada afinação. Cantava e, desde menino, todas as pessoas gostavam de me ouvir. Pelas tantas, na escola

de engenharia, um amigo do Colégio Melo de Souza começou a estudar canto. Convidou-me para assistir a uma aula e me apresentou sua professora, Hilde Sinneck, uma austríaca que tinha sido soprano de boa qualidade em Bayreuth, a cidade-teatro de Wagner, e vindo para o Brasil. Ela me ouviu cantar e disse que eu devia aprender canto, cultivar minha sua voz. Disse também que, para cantar, eu devia ler uma pauta, estudar música. Fui para o Conservatório Brasileiro de Música, onde fiz o curso de teoria musical, teoria e contraponto. Continuei a estudar e fiz algumas apresentações no Brasil. Numa dessas oportunidades, fui com um grupo de artistas brasileiros à União Soviética. Primeiro, ao Festival de Varsóvia. Na URSS, fiz várias apresentações, inclusive no Bolshoi! Cantei no Bolshoi, tinha até um cartaz meu em russo. Claro que tudo isso estava fichado no Dops... Mas eu precisava trabalhar. Voltei, fui para Cabo Frio, peguei uma sinusite crônica que me prejudicou a voz. Fui largando a música. O encanto pela música foi dando espaço ao encanto pela política.

LUIZ CARLOS – Você foi de uma geração que teve canto orfeônico.

Tive na escola. Antes de mim, Villa-Lobos fazia anualmente aquele grande encontro no Campo de São Januário. Regia um coro de milhares de vozes, com as crianças das escolas públicas.

ROSA – Você gostava particularmente de Villa-Lobos?

Gostava. Mas desse tempo que estudei canto e música, fui muito influenciado por meus pais, que gostavam de ópera italiana. Com a minha professora comecei a me interessar por Mozart, Händel, Bach, e ganhei outra dimensão na musicalidade, exercitando, cantando. Cantei muito Händel e muito Bach. Comecei a aprender alemão, uma coisa vai levando a outra.

LUIZ CARLOS – Voltando à década de 1950, foi um período de expansão das rodovias, ficando as ferrovias em segundo plano. Foi um problema de recursos ou de escolha política?

Foi um problema de influência política do grande capi-

tal, das multinacionais. A concepção dos economistas brasileiros, desde a Assessoria Econômica de Vargas, era recuperar as ferrovias. Delineou-se muito bem a missão de cada meio de transporte. A ferrovia seria para a carga pesada, graneis a grandes distâncias, a rodovia seria para o transporte casa a casa, ponto a ponto de todas as mercadorias não granelizáveis. Começava apenas a surgir o contêiner. Acontece que aquele foi um momento não só da implantação da indústria automobilística no Brasil, como – em 1945-46 – de criação do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). Graças ao fundo rodoviário nacional, o DNER tinha recursos. Eu me liguei muito a isso porque meu pai foi o primeiro diretor do DNER, o qual casou o interesse da indústria automobilística com a disponibilidade de recursos, e então houve uma expansão rodoviária fantástica e as ferrovias ficaram como transporte especializado, e realmente se atrasaram. A expansão rodoviária foi muito maior do que o reaparelhamento ferroviário.

LUIZ CARLOS – E a questão das cidades, do transporte suburbano, chegou a ser discutida na época?

Chegou a ser discutida, mas o rodoviarismo era tão forte que Brasília foi uma cidade construída no deserto e lá não se colocou o metrô de superfície, que era baratíssimo.

RICARDO BIELSCHOWSKY – Mas você não falou se jogou bola de gude na rua, se soltou pipa...

Eu morava na rua Tonelero, numa casa. A gente jogava futebol na Tonelero. Botava dois paralelepípedos aqui e dois ali e jogava futebol. No meio do jogo um dizia: “Para, que vem um carro”. Aí o carro passava e continuávamos a jogar. Isso era a rua Tonelero nos anos 1930. No Lido eram os meus bailes de carnaval de menino. Tinha um lugar ali, que foi destruído e deu lugar a uma escola, onde se realizavam bailes de carnaval para as crianças.

RICARDO – Você estudou em que escola?

Eu fiz o primário no Andrews; o secundário, comecei no Colégio Pitanga, na praça Serzedelo Correia, mas no ter-

ceiro ano fui para o Colégio Mello e Souza e lá fiquei o resto do secundário e científico.

LUIZ CARLOS – Já chegando aos anos 1960, como foi sua decisão de entrar na política?

Meu pai foi político do PSD (Partido Social Democrático), deputado em três mandatos. Meu avô, pai dele, foi deputado federal, então a política estava muito na conversa da família, no que a gente escutou na infância, em casa. A Segunda Guerra foi objeto de conversa maior nos nossos encontros de família. Meu pai, antes de ser diretor do DNER, foi do DER do Estado do Rio, no período do Amaral Peixoto, a quem era muito ligado. Meu pai era um getulista. Achava Getúlio o maior, e eu também acho. Por conta da minha incursão na música, me aproximei de pessoas ligadas ao Partido Comunista e

de deputado federal meu pai decidiu ser candidato a senador. Então eu disse que seria candidato a deputado federal. O normal era começar por vereador, deputado estadual. E eu de cara seria candidato a federal.

LUIZ CARLOS – Que idade você tinha?

Eu tinha 31 anos, e meu pai me alertou que seria difícil, mas me ajudaria. Candidatei-me, não pelo PSD, e sim pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro). Fui a Niterói conversar com o João Rodrigues de Oliveira, presidente do PSB do estado. Ah, sim, pois, embora nascido e criado no Rio, me candidatei pelo antigo Estado do Rio. Aí entrava o peso do sobrenome, meu pai era muito conhecido no estado, mas no Rio de Janeiro, nem tanto. Comecei a fazer campanha em Caxias, São Gonçalo, Nova Iguaçu, na periferia do Rio. Minha mulher, Eliana, me ajudava, ia comigo nos fins de

No pós-guerra o fascínio do socialismo era quase irresistível para o jovem. O fascínio por aquela nação enorme, que tinha sido um país de mujiques analfabetos, fez a revolução e se transformou numa grande potência, que venceu a máquina de guerra nazista. Meu Deus, aquilo estava no meu coração!

comecei a me interessar, conversar e ler aqui e ali e cheguei a entrar para a Juventude Comunista. Ele sabia de minha inclinação esquerdista, aceitava-a muito bem. No pós-guerra o fascínio do socialismo era quase irresistível para o jovem que se interessava pelo assunto. O fascínio por aquela nação enorme, que tinha sido um país de mujiques analfabetos, fez a revolução e se transformou num grande país, que venceu a máquina de guerra nazista. Meu Deus, aquilo estava no meu coração! O fascínio do jovem interessado em política e com alguma sensibilidade moral era irresistível. Depois entrei para a escola de engenharia e lá também tinha um grupinho dos afeiçoados, e começamos a ler *O Capital*. Um estudante de engenharia que lê *O Capital* acha que descobriu o mundo e conhece tudo. No fim do terceiro mandato

semana. Eu ainda estava no BNDE e só nos três meses antes da eleição é que tive direito a uma licença. Foi nas eleições de 1962. Meu pai viu que não ia dar para conquistar o Senado. Mas me garantiu... não voltou atrás. E me elegei, direto como deputado federal. Naquela época, no antigo Estado do Rio um federal precisava de uns 15 mil votos. Tive 7 mil e poucos, fui o deputado menos votado do Rio. Por quê? Sem eu saber, o PSB entrou numa coligação de pequenos partidos, na qual estavam o Tenório Cavalcanti, que teve uma votação alta, e o Batistinha [Demísthocles Batista], candidato do Partido Comunista, líder ferroviário, que teve ainda mais votos que o Tenório. Os dois puxaram a chapa lá para cima, eu era o terceiro, e me elegei. Foi um bafejo da sorte. Mas com um ano de mandato... eu assumi em março de 1963 e em março de 1964 veio o golpe...

LUIZ CARLOS – Houve na época a discussão sobre a legislação antitruste, que criou o Cade, em 1962. E seu pai vem do primeiro grupo que discutiu isso.

Havia uma consciência sobre esse assunto, de Getúlio em pessoa e da assessoria dele. Amaral Peixoto era genro do Getúlio, meu pai era um nacionalista, um getulista “de medula”, que participou também da formação da Frente Parlamentar Nacionalista, na qual depois eu entrei de peito aberto. Ele era do PSD, partido conservador, mas tinha consciência dos interesses do grande capital aqui.

CARMEM FEIJÓ – Você foi punido pelo golpe militar?

Pelo PSB, nossa bancada era de seis deputados: Francisco Julião, de Pernambuco; Mário Lima, petroleiro da Bahia; eu, do Estado do Rio; dois do Estado da Guanabara, que naquele tempo era separado: Max da Costa Santos e o Breno da Silveira; e Rogê Ferreira, de São Paulo. Cinco foram cassados, fiquei eu. Imagino que o desejo dos mi-

-Life. Essa CPI foi constituída por iniciativa do João Calmon, o dirigente do condomínio dos Diários Associados, que era deputado pelo Espírito Santo. Mas na hora de se nomear o presidente, ninguém queria ... esse negócio de imprensa... deputado tem uma sensibilidade...

LUIZ CARLOS – Naquela época a Globo já era tão importante?

Era. E por que saiu a CPI? Porque a TV Globo, com auxílio da Time-Life, estava engolindo a Tupi e por isso o João Calmon pediu a CPI. O acordo Time-Life tinha participação de capital estrangeiro, o que feria a Constituição, que proibia capital estrangeiro nos meios de comunicação. Aceitei presidir a CPI e impus uma condição: ter a prerrogativa de escolher o relator. Escolhi o Djalma Marinho, deputado da UDN do Rio Grande do Norte, um grande jurista, muito respeitado. A CPI tem um prazo de funcionamento, se não terminar o relatório, é dissolvida.

Eram as duas posições políticas da esquerda naquele momento: as armas ou a atuação por todos os meios, inclusive no Congresso, até ir ganhando paulatinamente a opinião pública. Porque em 1964 a opinião pública, urbana e de classe média era toda contra nós.

litares era cassar o PSB inteiro, mas no início do regime militar houve uma preocupação em apresentar uma feição antiditadura, como se não tivessem dado um golpe. Tanto assim que deixaram o Congresso aberto. E devem ter pensado que era melhor deixar ao menos um deputado socialista... Imagino que tenha sido isso. E mais, eu era um deputado novo, inexpressivo e sem nenhuma presença na Câmara. Mas aí comecei a ter uma atuação mais destacada. Escolhi ser membro da Comissão de Economia, presidida pelo deputado Oswaldo Lima Filho, do PTB pernambucano, e pai do Marcos Costa Lima. Simpatizávamos muito. Para os projetos importantes que passavam pela Comissão, ele me designava como relator. Aí veio a CPI da mineradora Hanna Mining e, como relator, tive um destaque maior. Depois, foi a CPI da Globo-Time-

Mas pode pedir prorrogação, que deve ser aprovada no plenário. Na CPI da Time-Life, tinha um deputado ligado à Globo, Eurípedes Cardoso de Meneses, que estava ali para atrapalhar, era evidente. Quando estava chegando o prazo final, devíamos pedir prorrogação, e já com o relatório do Djalma Marinho pronto fizemos uma reunião extra, fora do dia normal, e não o convocamos. O relatório foi aprovado por unanimidade. Condenava o acordo. Roberto Marinho, quando soube disso, fez um editorial assinado por ele, na primeira página, com o título “Prevaricador”... Era eu. Dali para frente me tornei inimigo frontal do Globo. Sumi do Globo, da rádio Globo. Um dia o Aroldo de Andrade me convidou para participar do programa dele, fui uma primeira vez, na segunda ele me disse: “Não dá, você está vetado”. Faziam entrevista co-

migo e não publicavam. Até hoje... Mas consegui, contra esse baita sistema de televisão, rádio, jornal, me eleger três vezes senador, e prefeito, em eleições majoritárias. A Globo tem um poder enorme, mas não decisivo. O Brizola também se elegeu contra a Globo.

RICARDO – O Carlos Lacerda estava também nos Diários Associados, foi lá para dar paulada na Globo? Vocês estavam em contato?

Sim, estávamos. Eu não tinha intimidade com o Lacerda. Era um deputado jovem e ele, já um grande “líder”. Em 1966 quis me reeleger, mas tive um veto do Serviço Nacional de Informações (SNI), que fez um ofício ao Tribunal Regional Eleitoral vetando a minha candidatura. Claro que eu recorri. O SNI dizia que eu era comunista. A ficha do Dops estava lá, inteira. O desembargador relator, infame (tenho até o voto dele), disse: “O deputado contesta, mas o SNI é um órgão que merece fé, então mantenho a impugnação”. Perdi no Tribunal Regional, recorri ao tribunal superior, ganhei por unanimidade. Lá, o relator foi o ministro Armando Rollemberg, pai do atual governador de Brasília, Rodrigo Rollemberg. E reconstituí minha candidatura, mas faltava uma semana para a eleição, que perdi. Fiquei numa segunda suplência.

RICARDO – E voltou para o Banco?

Voltei para o BNDE, e cheguei num período desagradável. Ambiente de trabalho melhor que o do BNDE, não conheço. Mas naquele momento Jayme Magrassi de Sá era o presidente, e ligado aos militares, com quem queria fazer média. Implementou um regime de policiamento interno e me senti muito mal. Quando saí, era chefe da Divisão de Transportes, quando voltei me colocaram como engenheiro contando tijolo nas fábricas que o BNDE financiava... Fiquei uns seis meses, pedi uma licença sem vencimentos e fui trabalhar numa consultoria com o Lafayette Prado, que era engenheiro de transportes. Um ano depois decidi voltar, e tive outra sorte. Dois ou três meses depois da minha volta, o Marcos Vianna foi nomeado presidente do banco. Era outra cabeça, e acabei sendo seu principal assessor, e até chefe do ga-

binete. Fui chefe do Departamento de Planejamento, o principal à época. Eu não podia ser, porque tinha de ser aprovado pelo SNI, e eu não passaria. Então o Marcos me nomeou interinamente, e fiquei anos como interino. Isso é Brasil. Até porque toda repartição tinha um olheiro do SNI. Foi um período realmente muito interessante do BNDE. Mas já estava chegando a eleição de 1970.

LUIZ CARLOS – Você já tinha entrado para o MDB?

Fui fundador do MDB. O discurso da época era o seguinte: a boa democracia é bipartidária, então temos que instituir “na marra” o bipartidarismo. O AI-2 estabeleceu um número de deputados que só dava para criar dois partidos. Assim mesmo, para criar o MDB precisou-se de mais um senador, e o então líder da Arena no Senado, que era o famoso gaúcho Daniel Krieger, conseguiu um que mudou de lado... A eleição de 1970 foi desastrosa para o MDB, porque grande parte da esquerda votou nulo. Dizia que congressistas da oposição estavam coonestando a ditadura. O que não deixava de ser verdade. Mas não tinha jeito. A contestação armada era inviável e tínhamos de vencer comendo pelas beiradas. Eram as duas posições políticas da esquerda naquele momento: as armas ou a atuação por todos os meios, inclusive no Congresso, até ir ganhando paulatinamente a opinião pública. Porque em 1964 a opinião pública, urbana e de classe média era toda contra nós. Em 1970 a luta armada recomendou voto nulo. E a Arena deu uma surra. Quatro anos depois, a situação mudou. Pela primeira vez, dez anos depois do golpe, a opinião pública mostrava-se saturada de ditadura, milicos, mas ninguém percebia ainda.

LUIZ CARLOS - Já havia pesquisa de mercado naquela época?

Começava a haver mas ninguém confiava muito. Em janeiro ou fevereiro de 1974, o velho Amaral Peixoto, líder do MDB, me chamou e sugeriu que eu me candidatasse a deputado federal. Eu estava numa boa fase do BNDE, Marcos me prestigiando e eu, entusiasmado com o trabalho. Era a época do II PND, que o BNDE financiava. Recusei. Amaral me chama de novo com urgência, no

dia do meu aniversário, 13 de setembro de 1974. O MDB tinha um candidato ao Senado, Afonso Celso Ribeiro de Castro, que, vítima de um AVC, não poderia continuar a campanha. Ninguém queria assumir a candidatura, porque o adversário era Paulo Torres, senador e presidente do Senado, ex-governador. Todos davam sua eleição como favas contadas. O velho Amaral foi muito honesto comigo, disse que fazia um apelo em nome do partido, da democracia, mesmo sabendo que a chance não era muito grande. Aceitei. E então ele completou: “O pessoal não está prestando atenção, mas esta eleição terá televisão gratuita, você vai se sair muito bem na televisão e o Paulo Torres vai se afundar”. Não deu outra... Naquele tempo eram dois meses de televisão. Eu tinha cinco minutos, dia sim, dia não. Comecei com ibope zero, um mês depois já estava lá em cima. Não tinha gravação, era ao vivo. E era absolutamente de graça, não se gastava um tostão. Ganhei com dois terços.

RICARDO – Como foi seu mandato de senador?

Foi muito bom, porque em 1974 a única eleição majoritária do país foi a de senador. Dos 22 estados, o MDB ganhou em 16. Então, realmente a opinião pública já tinha feito a transição. Por essa circunstância de ser a única eleição majoritária, o Senado se transformou no grande fórum político do país. Suas sessões tinham sempre as galerias bem cheias. Brasília era distante. Mas as pessoas iam ao Senado para ouvir o Paulo Brossard, o Marcos Freire, o Franco Montoro. E como eu tinha sido o relator dos projetos importantes da Comissão de Economia, o Montoro, que era o líder, e muito organizado, me designou vice-líder, mais para questões econômicas. Eu falava em nome do MDB, e isso também me deu destaque. Meu opositor era o Virgílio Távora, que falava sobre economia em nome da Arena. No Senado discutimos, naquela época, a questão das 200 Milhas, com a abertura do mar para exploração do petróleo; a do acordo nuclear com a Alemanha. Foram duas questões muito importantes.

DAVID – A questão das 200 Milhas foi um debate pesado.

Sim, porque a pressão americana era muito forte. O governo era a favor e a oposição era a favor. Mas tinha toda a política econômica do governo, que era contestada por nós: a distribuição de renda, o endividamento, a política cambial, o capital estrangeiro. As coisas de sempre. Eu tinha obrigação de falar em nome do MDB. O partido adotou uma posição oficial a favor do racionamento de combustível. Eu fui à tribuna defender essa posição. O governo não fez o racionamento, mas nós defendemos. Também sempre fomos a favor do Pró-Álcool. O projeto surgiu dentro do governo, com o ministro Severo Gomes. O secretário do Ministério da Indústria e Comércio era o Paulo Belotti, meu companheiro de BNDE e até de escola de engenharia. E o secretário de Tecnologia Industrial do Ministério era o Bautista Vidal, ferrenho defensor do Pró-Álcool. Então, o debate do Pró-Álcool foi muito intenso.

DAVID – Eu estudei esse tema, e minha literatura dava a entender que a grande questão não era o Pró-Álcool em si, mas o uso da cana-de-açúcar ou não. Esse era o grande debate: saber se o Pró-Álcool deveria limitar ou ser neutro em relação à fonte de açúcar. Imaginava-se que o programa era uma forma indireta de se injetarem recursos nos canais, os quais, para a esquerda brasileira, faziam parte dos latifúndios etc.

É verdade, você tem toda razão. Naquele tempo a exploração do cerrado não tinha a extensão e a intensidade de hoje. A Embrapa abriu o cerrado. Mas o cerrado era muito limitado. A área agricultável brasileira era bem menor, então os opositores do Pró-Álcool diziam que a cana iria concorrer com alimentos e que isso era um absurdo. E o realismo dos realistas dizia que nada igualava o petróleo. De fato, o petróleo é muito mais econômico.

DAVID – Lembro inclusive que o Bautista, defensor das inovações desse campo, foi em 1979 substituído por Lourival Monaco, que era dado como ligado aos interesses canavieiros de São Paulo.

Mas o Bautista incentivou muito a pesquisa do motor a álcool, que no fundo foi uma invenção brasileira.

Criamos em cada região administrativa um conselho que se reunia mensalmente para dar sugestões, fazer crítica à gestão do governo. Era um encontro governo-comunidade que discutia a gestão e ia acertando as coisas. Foi muito interessante.

LUIZ CARLOS – Foi no período Geisel que o modesto sistema de financiamento de pós-graduação, ciência e tecnologia, se desenvolveu no Brasil. Você participou desse debate?

Sim. Participei. O governo Geisel tinha muitas dimensões que nós, da oposição, apoiávamos. Essa era uma delas. Então, a gente debatia no sentido de comentar, mas não de confrontar, como fazíamos com outras questões. Por exemplo, sobre a questão da inflação, havia na época a oposição entre monetarismo e estruturalismo. A nossa posição era a de que o combate estritamente monetário prejudicava o desenvolvimento. A política agrícola tinha menos debates, pois o café perdera espaço e a soja estava começando.

CARMEM – E a Amazônia?

Nada. Não se falava. A Transamazônica veio um pouco depois. E a questão da Zona Franca de Manaus era pontual, específica. O MDB apoiava a Zona Franca. Era uma questão mais regional, não propriamente de ideologia política.

RICARDO – Como vocês discutiam a perspectiva do projeto Golbery de abertura gradual?

Eu acreditei. Acreditava no Geisel por várias razões. No Senado, antes do Geisel, e mesmo ainda na Câmara, sempre fui um parlamentar defensor das estatais. Eu era quase que o representante das estatais no Parlamento. A turma da Arena, em geral, era privatista, embora os militares tivessem criado muitas estatais. A política de Roberto Campos, de Otávio Gouvêa de Bulhões, não era a favor das estatais, tanto assim que o Petrônio Portella, líder da Arena, e com quem eu me dava bem, me dizia: “Você sabe que os militares gostam muito da sua posi-

ção de defesa das estatais”. Houve um momento em que o Moreira Franco, prefeito de Niterói, passou para a Arena indo atrás do dinheiro para tocar a prefeitura. Amaral Peixoto, sogro dele, foi para a Arena, o que para mim foi uma decepção amarga. Uma semana depois, Petrônio Portella me deu uma cantada: “Se você for para Arena, pode ser chamado para um ministério; não estou assumindo compromisso, mas você é bem visto”. Não fui.

LUIZ CARLOS – Onde estavam os liberais no governo militar? Ao apoiarem a ditadura eles assumiram um *low profile*?

O Geisel não era um neoliberal. Era explicitamente a favor da intervenção estatal, do planejamento. Os neoliberais ficaram encolhidos. Ditadura é ditadura, tem que se enquadrar.

LUIZ CARLOS – E na área das relações internacionais? A década de 1970 é de mudanças nas relações econômicas internacionais, brasileiras. Como é que você via esse debate no Senado?

Geisel denunciou e rompeu o acordo militar Brasil-Estados Unidos e fez o acordo nuclear com a Alemanha, o que irritou os Estados Unidos enormemente. Aquilo era visto como apoio da Alemanha à bomba atômica brasileira. E, possivelmente, o Geisel também pensava assim, mas é claro que ninguém falava. Foi um momento de grande tensão do Brasil com Estados Unidos. Nós, da oposição, reconhecíamos isso, mas éramos contra o governo e não nos manifestávamos.

RICARDO – Seu mandato foi até 1982. Quando entrou o presidente Figueiredo mudou alguma coisa?

Não. Figueiredo continuou, inclusive com a anistia, o

processo de abertura que o Geisel tinha iniciado e que teve uma interrupção com o chamado Pacote de Abril, quando ele voltou a cassar gente. A causa foi a reforma do Judiciário, que resultou num confronto entre o Legislativo e o Executivo. Mas logo em seguida retomou-se a ideia do Geisel, de abertura lenta, gradual e segura. Em 1982 me recandidatei ao Senado, mas houve uma questão. Em 1980, portanto governo Figueiredo, os militares sopraram para o Tancredo Neves e para o Chagas Freitas, dois grandes líderes do MDB, que podiam sair do partido e fundar o PP, Partido Popular, de oposição aos militares, mas uma oposição consentida, porque a abertura estava se processando e eles seriam os beneficiários. Tancredo e Chagas Freitas acreditaram e fundaram o PP. O resultado foi que o Amaral tinha ido para a Arena, Tancredo e Chagas para o PP, e eu fiquei de líder do MDB no Rio de Janeiro e candidato natural ao governo do estado. Comecei a fazer minha campanha. Ulysses,

realmente acreditava, o que é importante. Então, como defender o Chagas e o Miro? E aí chega ao Rio o Leonel Brizola, tenta recriar o PTB, que não deu certo, e acaba criando o PDT. Eu o conhecia bem, até porque na crise do Jango o PTB e PSB foram ligadíssimos. Decidi ir com Brizola. Ele tinha 2% de ibope, ninguém acreditava nele, julgavam-no ultrapassado. E pensei: “Está bem, é ultrapassado, vou perder a eleição, mas pelo menos estou ali porque acredito”.

LUIZ CARLOS – E então você saiu candidato ao Senado pelo PDT?

Pelo PDT. E logo Brizola fez uma convenção prematura e lançou a chapa: Brizola, Darcy Ribeiro e Saturnino. Essa chapa pegou bem, Brizola começou a crescer, comecei a sentir que ia funcionar mas fiquei calado. Sandra Cavalcanti era a candidata disparada nas pesquisas. O segundo era Miro Teixeira. Depois, lá embaixo, Brizola e Mo-

Saí da Prefeitura muito machucado. Não só arrasado, pois não tinha mídia, tudo era contra. Saí machucado e pensei em deixar para lá esse negócio de política. Comecei a escrever.

presidente do MDB, veio ao Rio, fizemos um ato grande na ABI, de lançamento da candidatura. No dia seguinte “O Globo” dedicou toda a página política à visita de Ulysses ao Rio, e não disse uma palavra sobre a minha candidatura, que foi o motivo da vinda dele. No início de 1982, Chagas Freitas e Tancredo viram que o PP era inviável e resolveram voltar para o MDB. Eu e meu grupo fizemos uma oposição cerrada. Mas Ulysses aceitou, e eu fiquei encurralado. Pensei em fazer oposição ferrenha ao Chagas, mas ele mandou um recado: “O Senado é dele, e governador ele não será mais: o candidato vai ser o Miro Teixeira”. Eu não sabia o que dizer... e essa coisa de saber ou não saber para mim sempre foi muito importante... Quando eu falava na televisão, por exemplo, as pessoas vinham me dizer: “A gente acredita, porque acha que você acredita no que está dizendo”. E eu

reira Franco. No final, deu Brizola e Moreira disputando e Sandra e Miro lá embaixo. Elegi-me senador. Depois, tive de renunciar ao Senado para me candidatar a prefeito do Rio. Foi em 1985, para exercer um mandato de só três anos, em virtude da emenda constitucional promulgada. Assumi em 1986, fiquei 1987, 1988. Eu não queria ser prefeito; governador do Estado do Rio de Janeiro sim, me interessava, porque era o meu estado político. Eu era nascido e criado no Rio, mas não tinha participação política nenhuma na cidade. Além disso, meu interesse era política econômica, desenvolvimento de âmbito nacional, quando muito no Estado do Rio. Mas Brizola argumentou que se eu não fosse candidato e o PDT perdesse a eleição, ia ser um desastre. Brizola era um sedutor. Acabei aceitando. Brizola ficou entusiasmado. Foi a eleição mais fácil de minha vida. Ganhei contra 19 candidatas.

LUIZ CARLOS – Como foi sua experiência como prefeito?

Quando eu assumi a Prefeitura, meu amigo de PSB, Jamil Haddad, me disse: “Saturnino, a prefeitura não tem um tostão furado, está falida”. Primeiro porque os militares fizeram uma reforma tributária, uma minirreforma da Constituição, tirando recursos do município para o governo federal. O estado ficou mais ou menos, mas os municípios, só com o ISS e o IPTU. Estavam todos em situação difícil, mas o Rio em particular, porque tinha sido capital federal, tinha a maior rede escolar municipal do país, a maior rede hospitalar. Decidi inovar na questão administrativa, criando a primeira gestão participativa municipal do Brasil, no Rio de Janeiro, que é a caixa de ressonância. Decidi fazer um programa aproveitando o crescimento das associações de moradores no Rio de Janeiro e chamar o Jó Rezende, que era o grande líder desse movimento. Só que ele era muito ligado ao PT. Falei com o Brizola que aceitaria a candidatura mas queria a prerrogativa de ter o vice da minha confiança. Seria o Jó. Brizola, pessoalmente, não se opôs, mas me disse que eu teria de convencer o partido. O PDT tinha mil candidatos a meu vice, e tive de ganhar uma batalha de convencimento. Eu e o Jó fomos a todos os diretórios do PDT, vinte e tantos, falar sobre a gestão participativa, sobre a importância da presença dele. Ganhamos a convenção do PDT e o Brizola abraçou muito bem a gestão participativa. Criamos em cada região administrativa um conselho que se reunia mensalmente para dar sugestões, fazer crítica à gestão do governo; lá havia um representante das associações de moradores, e os representantes do governo, chefe do distrito de educação, de saúde, conservação, da Comlurb. Era um encontro governo-comunidade que discutia a gestão e ia acertando as coisas. Foi muito interessante. Historicamente, tradicionalmente, prefeito é quem cuida da cidade, das obras urbanas etc. Prefeito nenhum jamais cuidou da economia da cidade. Eu achava que como a economia do Rio tinha sofrido enormemente com a mudança da capital, e como as empresas estavam indo para São Paulo, criei uma Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Rio e fizemos um projeto de polos de indústrias, de tec-

nologia avançada e sem gastar dinheiro da Prefeitura, porque loteávamos os terrenos municipais.

RICARDO – Quem tocava a Secretaria?

Era o José Augusto Assumpção Brito, que me foi recomendado pelo Luiz Alfredo Salomão. Os conselhos governo-comunidade começaram a dar certo. Virei o primeiro ano, que foi difícil, o segundo também, na virada do terceiro ano as coisas começaram a melhorar, e o Jó naturalmente saiu e se apresentou como candidato à minha sucessão. Em princípio eu o apoiaria mas precisava ver o partido. Em maio de 1988, entra no meu gabinete o Antonio Carlos Flores de Moraes, meu secretário de Fazenda, de olhos arregalados: o Banco Central passara um telegrama-circular para todos os bancos do país proibindo a rolagem de um centavo sequer da dívida da Prefeitura. A Prefeitura estava, claro, endividada, todas rolavam suas dívidas, e na rolagem sempre acrescentava um pouquinho mais. Tínhamos uma associação de prefeitos das capitais, com diálogo com o Congresso. Na época, o relator da parte econômica e tributária da Constituinte era o José Serra. Serra era meu amigo e me assegurou que as prefeituras iriam ganhar mais do que tinham, ou seja, iriam recuperar todo o ICMS e mais alguma coisa. O conselho foi o de que eu poderia rolar a dívida, criteriosamente, mas sem me preocupar com o tamanho, porque em seis meses iria recuperar tudo isso. Fui rolando a dívida, criteriosamente. Aí chega esse telegrama. Nunca apareceu ninguém do Ministério da Fazenda para dizer: “Sua dívida está alta, vamos ver como é que faz”. Nada. O normal seria isso. Não estava com uma dívida maior que as outras, todas eram grandes. Mas era o caso de fazer um plano e me obrigar a pagar, digamos, 10%, 5% em cada rolagem; pagaria e iria reduzindo, era razoável.

CARMEM – Um plano de renegociação.

Exato. Mas não houve nenhum plano. Foi uma decisão política para falir a Prefeitura. Claro que era uma condenação à falência. Como a Prefeitura ia pagar? Não poderia

rolar um centavo, tinha que pagar inteira. Quem tomou essa decisão foi o Banco Central, presidido pelo Elmo Camões. O ministro da Fazenda era o Maílson da Nóbrega.

RICARDO – Pode ter sido coisa da Globo?

O Maílson da Nóbrega assumiu depois do Dilson Funaro, mas com a condição de não entrar em política. Mas o Maílson tinha dois padrinhos: o Roberto Marinho e o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves. Esse general, anteriormente, quisera me cassar, e o Roberto Marinho tinha aquela velha pendenga. Eu interpreto essa atitude como se tivessem convencido o Maílson da Nóbrega a dar um xeque-mate “nesse Saturnino, que está com esse negócio de Prefeitura socialista, gestão participativa”... E o ministro fez. Só pode ser isso, porque foi só aqui, no Rio de Janeiro.

RICARDO – Sabe que eu fui ameaçado de morte por causa disso? Eu era presidente do Fundo Rio, responsável por pagar as obras sociais que o prefeito mandava fazer, nas favelas. E quando foi decretada a falência, começaram a me pressionar para pagar. Mas eu não tinha dinheiro! E recebi ameaça de morte mesmo. Sabiam até onde meus filhos estudavam...

LUIZ CARLOS – Foi você que começou todo o trabalho de urbanização nas favelas?

Sim, o Fundo Rio fez o primeiro estudo, primeiro planejamento de urbanização das favelas, e pedimos financiamento ao Banco Mundial, que nunca financiara nenhuma prefeitura. Recebemos uma resposta positiva do Banco Mundial, que pela primeira vez se dispunha a estudar o assunto, extraordinariamente. Tanto era importante o problema quanto era bem feito o projeto. E como a causa era justa...

RICARDO – Quando lhe apresentamos o projeto, você fez grandes elogios: “o planejamento econômico tem muitas décadas, mas o planejamento social está começando agora”. Encheu a nossa bola...

LUIZ CARLOS – Você começou a estudar a urbanização das favelas, especificamente. Isso é muito interessante. Como era a relação entre estado e município?

Aqui entra a questão do partido. Tivemos um ano em que Brizola era governador, e eu, prefeito. A convivência foi muito boa. Quando Brizola perdeu a eleição para o Moreira Franco, em 1986, Darcy perdeu também. Darcy era uma negação como candidato. Dizia-se que o Brizola poderia eleger até um poste! Que nada! Em política não é assim não. Darcy não queria fazer campanha, só queria os projetos mirabolantes. Perdeu a eleição. Então, Brizola achou que devia ser prefeito e começou semanalmente a me telefonar, pedindo alguma coisa. Eu fui atendendo. E veio a candidatura de Brizola a presidente da República, e eu disse que não queria participar porque queria cuidar da minha Prefeitura, que estava muito difícil.

Duas decisões o descontentaram. A primeira foi a fábrica de escolas pré-moldadas. Ficava ali na Central do Brasil, numa área apertada, e achei que para expandi-la – porque a fábrica estava fazendo grande sucesso, estávamos abrindo postos de saúde e escolas para o estado do Rio e até para Minas Gerais – devia ser em Santa Cruz, num terreno grande. Decido mudar a fábrica de escolas para Santa Cruz. E Brizola me diz: “Não, a fábrica tem que ser no centro da cidade, para o povo saber que ali tem uma fábrica”. Politicamente, ele tinha razão... Mas eu estava pensando na expansão da escola, e não voltei atrás. Segundo assunto: havia uns cabos eleitorais do PDT na RioTur que eram fantasmas declarados. O presidente da RioTur, Alfredo Laufer, decidiu demitir esse pessoal e eu concordei. Pois o pessoal do PDT que bancava o Brizola me deu um ultimato para eu voltar atrás nas duas decisões. Resisti, ele disse que ia levar a questão ao partido. Claro que ia me expulsar do partido. E antes que resolvesse me expulsar eu saí. Tinha havido prorrogação de mandatos municipais, esse tipo de acerto que no Brasil se fazia muito. A Câmara Municipal fora eleita naquela eleição com o voto vinculado. Então, como Brizola fez uma porção de prefeitos na baixada, fez também a maioria da Câmara de Vereadores, onde 50% era do PDT. A ordem foi: *Delenda Saturnino*. Dentro do PDT, a concepção brizolista

era essa. Moreira Franco me sugeriu voltar para o PMDB. Decidi não ir e pensei no Jamil Haddad, meu velho amigo, meu suplente quando me elegi e tive que renunciar. Ele ocupou minha vaga e refundou o PSB. Pensei então em ir para o PSB, meu partido, que só tinha um vereador, o Leonel Trota. Mas a Câmara me estraçalhou, e foi aí que veio a falência, o Mailson. Foi-se a minha gestão, ali, não pude fazer mais nada. E perdeu-se aquela experiência de gestão participativa, que foi tão importante.

me chamou para criar na Prefeitura uma Secretaria de Desenvolvimento, como eu tinha criado no Rio. Fui para lá, gostava dele. Em 1998 eu estava lá, e resolvi voltar ao Senado. Havia a aliança PT-PDT-PSB, o candidato a governador era o Garotinho, do PDT, a vice era a Benedita da Silva, do PT, e o PSB indicaria o senador, eu. Quem foi o meu opositor na Arena? Roberto de Oliveira Campos, meu velho guru, o cara que eu admirava, com quem tinha uma dívida enorme. Fizemos a campanha mais elevada já feita no Brasil e eu ganhei a eleição.

O peão estava ali no cercado, comendo um churrasco, e da porta do cercado saía uma caminhonete, de 20 em 20, levando para a seção eleitoral. Chegava lá e o cara botava aquele envelopinho e devolvia o título na volta para ela, que mantinha o controle. Isso era um curral eleitoral.

RICARDO – Você conseguiu levar uma pequena fração do PT para o governo: Sergio Andrea, Chico Alencar, Cesar Benjamin. Estava pensando em criar uma terceira via?

Eu sugeri uma unidade da esquerda. O governo era socialista e então poderia fazer uma união de esquerda. O PT foi frontalmente contra, foi violentamente contra mim. E além do mais, moveu um processo de expulsão contra esses três que estavam no meu governo. O PT perseguiu duramente o grupo. Saí da Prefeitura muito machucado. Não só arrasado, pois não tinha mídia, tudo era contra. Saí machucado e pensei em deixar para lá esse negócio de política. Comecei a escrever. Publiquei dois livros, até que, quatro anos depois, um grupo de amigos me disse: “Por que você não dá o exemplo? Foi prefeito da cidade, se interessa pela cidade, candidate-se a vereador para contar essa história”. Concordei. Não fiz campanha, mas fui bem votado e eleito, em 1992. Mas aí eu vi que a Câmara de Vereadores não dava. E caí na ilusão de que podia voltar ao Senado. Em 1994 me candidatei e levei uma surra. A memória da falência da prefeitura era muito forte. Voltei para a Câmara, completei os dois mandatos. Depois o Roberto Silveira, prefeito de Niterói,

RICARDO – Como o Brizola reagiu?

Em 1998, eu estava fazendo um comício na Zona Oeste, e de repente alguém me disse que o Brizola estava vindo, sem avisar a ninguém. Um ano antes, quando dona Neuza Brizola falecera — nós gostávamos um do outro — escrevi uma carta ao Brizola, dizendo o que pensava dela. Ele guardou essa carta. Quando chegou ao meu comício, me apertou a mão, a da minha mulher, subiu numa cadeira e disse: “Eu e o Saturnino, como vocês sabem, divergimos, nos separamos, erros de parte a parte. Mas vim aqui dizer que acho que os erros dele foram menores que os meus”. Quase caí da cadeira. Aí fizemos as pazes e ele me apoiou na eleição de senador em 1998. Fui à casa dele para selar o acordo. Ele disse que devia defender o partido e perguntou se eu aceitaria um suplente do PDT. Respondi que pessoalmente aceitava, mas a decisão deveria passar pelo PSB. Ele perguntou: “Você dividiria esse mandato com o seu suplente?”. Eu não estava preparado. Brizola era assim. Era profissional, sabia que eu não estava preparado para dar a resposta. Eu queria voltar ao Senado, até para dar a volta por cima depois do desgaste da Prefeitura. Se eu ficasse quatro anos

estaria ótimo. Respondi: “Está bem, mas isso não pode ser objeto de conhecimento de ninguém, não pode ser público, isso tem que ser uma coisa acertada entre nós e não posso levar para o partido, que não vai aceitar”. Ele disse que o suplente seria o Carlos Lupi. E continuou: “Você escreve uma carta?”. Eu não estava preparado, mas precisava do apoio dele para voltar ao Senado e encerrar minha carreira. Respondi: “Escrevo, aqui, agora, me arranje uma folha”. A convenção do partido era dois dias depois. E pensei: amanhã, se der um problema... Eu não escrevi nada sobre o prazo, falei em dividir o mandato, mas poderia não ser meio, e sim 2/3, ou 1/3. Escrevi algo assim: “De acordo com o compromisso conjunto que temos, PT-PDT-PSB, eu..., apoiado senador por esses três partidos, me comprometo a dividir o mandato com meu suplente”. Coloquei esse preâmbulo, prevendo que podia dar problema, como deu. Isso foi em 1998. Em 2002, o Lula se elegeu presidente, o Brizola não gostou e rompeu. E veio me cobrar os quatro anos do Lupi, em outubro de 2002. Conversei com o Aloizio Mercadante, que era líder do PT, partido onde eu já estava, porque na eleição presidencial o PSB resolveu lançar o Garotinho à Presidência e fui contra. Portanto, eu era senador pelo PT. Mercadante me disse: “Pelo amor de Deus, Saturnino, nossa maioria aqui no Senado é muito pequena, e um suplente do PDT vai ficar contra nós”. Não disse sim nem não e não renunciei. Continuei pensando que se o

Lupi ou o Brizola fossem falar comigo, eu daria os dois anos finais e cumpriria o compromisso. Era um mandato de oito anos. Em vez de virem negociar comigo, foram para a imprensa, Brizola mostrou a carta e entraram com um processo de cassação do meu mandato por falta de decoro, por ter descumprido um compromisso. Enfrentei o processo, ganhei na Comissão de Ética. Quando Brizola morreu, eu estava brigado com ele.

LUIZ CARLOS – O Brizola era uma figura curiosa. Demonstrava liderança em muitas coisas, mas não conseguiu montar uma estrutura partidária que prosseguisse. Como projeto de país ele fracassou. Foi um grande político, mas não conseguiu ter um projeto econômico claro, um projeto de governo. Qual a sua avaliação?

Brizola, uma personalidade de liderança, era um caudilho, segundo o velho modelo gaúcho. Não aceitava compor uma equipe que pudesse se projetar. Rompeu comigo, com o Marcelo Alencar, com o Cesar Maia, rompia com as pessoas que se projetavam. Não rompeu com o Darcy porque ele perdeu a eleição. Se Darcy tivesse ganhado, teria rompido também. Jamais conseguiu formar uma equipe de gente com competência para assumir uma posição política em que fossem definidos os programas, a atuação, a visão. Tinha as ideias dele, mas era muito personalista.

Jango era um animal político sadio, como se dizia, e sabia perfeitamente que tinha que negociar. Chamou gente competente e que não era esquerdista: Tancredo Neves, San Tiago Dantas, Celso Furtado, este para fazer o Plano Trienal e definir as reformas de base. Mas a esquerda brasileira... não compreendeu isso, nem mesmo o Partido Comunista, que achou que faria aqui a revolução que Cuba tinha feito. Em 1964 não havia apreço pela democracia do Brasil em nenhum dos dois lados, nem na esquerda, nem da direita. Ninguém pensava em democracia, pensavam sim em dar um golpe. A direita acabou dando.

RICARDO – Como é que foi a sua experiência como senador do PT?

Foi boa. Tive dois episódios importantes. Um foi o PPA (Plano Plurianual). Era 2002, eu tinha entrado recentemente para o PT – PT nacional, nunca militei no PT estadual. No final desse ano Lula elaborou o PPA. Fizemos um pré-projeto, o discutiram em todos os estados. Quem coordenou foi o Sebastião Soares, meu amigo de BNDE. Quando o PPA ficou pronto e foi enviado ao Congresso, me escolheram como relator. Eu conhecia mais ou menos as metas e objetivos, porque tinha participado da elaboração, mas tinha a parte financeira, que era superávit primário e juros crescentes – e altos – nos quatro anos. Eu não poderia concordar. Pensei em fazer um relatório meu e propor uma modificação. Mantinha o superávit, e os juros, nos quatro anos, sem elevar. Levei ao Mercadante, que concordou comigo mas iria consultar o governo. Adieei a sessão e no dia seguinte ele voltou: “Saturnino, não dá. É compromisso político fechado”. Era o Henrique Meirelles.

RICARDO – Você sabe que era muito pior. Eu estava trabalhando no PPA. Negociamos, você recebeu uma versão muito mais suave. O Antonio Palocci, então ministro da Fazenda, queria uma coisa muito pior.

Eu concordei. Se era compromisso político, eu respeitaria, mas não quis assinar. E disse: “Você arranje outro relator. Não vou criar caso”. E nem fui votar. Depois, é claro, ficou evidente que era o compromisso para o acordo com o sistema financeiro e poder fazer a valorização do salário mínimo, o Bolsa Família. Era o acerto político. Quando a Dilma escolheu para a Fazenda o Joaquim Levy, pensei comigo que o Levy era o Meirelles de hoje. Mas no caso do Lula, ele próprio era muito competente na liderança e deu certo. O Levy não deu certo. O outro episódio foi a cassação do senador Antônio Carlos Magalhães. Eu era do Conselho de Ética, me dava bem com o Antônio Carlos, que foi deputado comigo nos anos 1960, como aliás o José Sarney. Tínhamos certa camaradagem, o respeito pelo velho companheiro. De repente, o caso vai para o Conselho de Ética. O relator... “Só pode ser o

Saturnino”. Havia a denúncia do senador Luiz Estêvão, milionário, e veio então a representação da cassação do mandato. Votei pela cassação, que é voto secreto, não tem nem funcionário no plenário, é tudo eletrônico. Dias depois o Antônio Carlos soprou para alguém, acho que para o José Eduardo Dutra – que depois foi da Petrobras e morreu recentemente –, o seguinte: “Sabe quem votou a favor do Luiz Estêvão? A sua amiga Heloisa Helena”. Ela era do PT, e a mais radical senadora de oposição. E prosseguiu: “Eu sei porque tenho a votação, quem votou em quem”. Como é que ele sabia? E caiu na imprensa: “Antônio Carlos sabe quem votou”. A Heloisa Helena fez um discurso exaltado. O caso estava acirrado e o Conselho de Ética teria de apreciar a cassação do Antônio Carlos. Eu, como relator, pensei: “Não há prova nenhuma, não vou dar o parecer pela cassação sem prova, só com esse disse-me-disse”. Alguém no Conselho de Ética sugeriu fazer uma perícia técnica no sistema de votação do Senado e chamamos uma empresa de São Paulo. No dia seguinte, a perícia decretou: “O arquivo foi violado”. Aí não teve jeito, tive de dar o parecer pela cassação. O meu voto foi vencedor na Comissão. É claro que 3 ou 4 senadores dele votaram contra, mas respeitaram meu parecer. Ele renunciou para não ser cassado. No discurso de renúncia atacou todo mundo e, quando chegou minha vez, falou uma hora e disse: “Ali o senador Saturnino, realmente eu pesquisei todos os dossiês e em nenhum aparece o nome dele, não tem nada contra ele... Em compensação, foi o pior prefeito que o Rio de Janeiro já teve em toda a sua história...”. Fiquei calado... e ele renunciou... e quatro anos depois voltou, porque não tinha perdido o mandato e se elegeu na Bahia. Continuamos nos falando, apesar de tudo isso.

LUIZ CARLOS – Você foi político em vários momentos da vida nacional. Hoje vivemos um momento, não só de polarização da sociedade, como de percepção de que aparentemente os financiamentos tomaram um vulto muito grande. Como você avalia isso historicamente?

Acho que esse fenômeno é muito recente. Na minha primeira eleição não gastei quase nada, a não ser as

viagens que fazia, de pequena monta. Na eleição de senador, ganhei os cartazes de um amigo que tinha uma gráfica excelente, o Álvaro Pacheco. Usei a televisão, que não custava um tostão, e gastei em minhas viagens, não mais que isso. Na segunda eleição para o Senado fiz campanha junto ao Brizola e ao Darcy, o partido gastou e eu não gastei muito. Quer dizer, não tenho experiência de grandes financiamentos. Na minha última eleição também não gastei quase nada, pois es-

nete, de 20 em 20, levando para a seção eleitoral. Chegava lá e o cara botava aquele envelopinho e devolvia o título na volta para ela, que mantinha o controle. E ainda podia ganhar uma pinga, porque antes da votação não podia. Isso era um curral eleitoral. E era assim em todo o estado. Alguns candidatos – posso citar porque ele já era citado –, como o Mario Tamborindeguy, compravam chefes políticos que se vendiam por dinheiro, e lhes garantiam a eleição. Eram poucos deputados que

O desenvolvimento é a harmonização das sociedades em torno de um projeto nacional que, mais ou menos, atenda a todos e tenha uma dimensão econômica, sim, para moldar o processo, mas também uma dimensão social, cultural e política, a fim de que a nação se sinta participante de todo o projeto nacional.

tava encostado na campanha majoritária de Garotinho e Benedita. Fiz umas propagandas minhas, mas não tenho a experiência de hoje. Pelo menos em eleição de deputado você deve ter um exército de cabos eleitorais pagos. Presenciei na última campanha de meu pai, para deputado, o chamado curral eleitoral. Meu pai falava assim: “Terei 2.000 votos em Mangaratiba, 1.550 em Resende, 2.000 em Barra Mansa, não sei quantos em Campos”, e aquilo batia direitinho, variava só um pouquinho. Por quê? Porque os cabos eleitorais, os chefes políticos do PSD fluminense tinham um controle absoluto. Tirei meu título em Mangaratiba para poder votar nele. O Victor Breves, que era o chefe político do PSD lá, fazia um cercado e os fazendeiros de todos os municípios ligados a eles mandavam para lá seus peões no dia da eleição. Ele mandava matar uns dois bois, fazia um churrasco e toda essa peãozada chegava com os títulos eleitorais, que ficavam com a secretária dele. Digamos, eram 1.500 naquele cercado. Naquele tempo não havia cédula única, era individual, então ela fazia os envelopinhos já com as cédulas todas certinhas para que eles fossem votar. O peão estava ali no cercado, comendo um churrasco, e da porta do cercado saía uma caminho-

faziam isso, por isso mesmo eram conhecidos. A maioria era como meu pai, a coisa funcionava como troca de favores. Esse Victor Breves, em Mangaratiba, mandava nas professoras, no cartório, nos postos de saúde, fazia todas as indicações. Assim era o sistema. Com o voto eletrônico acabou inteiramente esse controle. O cabo eleitoral, que vai para a rua, não fica só fazendo propaganda, ele vai às casas, vê o que cada um precisa, compra uma coisa ou outra para atender. Esse exército de cabos eleitorais é bancado pelos deputados, cada vez em troca de mais dinheiro. Calculo que uma eleição para deputado federal no Rio deve sair por uns 5 milhões, pelo menos.

LUIZ CARLOS – Na redemocratização, ao contrário, o PT e o PDT faziam festas, arrecadavam, mas na base de militantes voluntários. Era um processo de convencimento. Qual a sua reflexão sobre todo esse processo?

Isso mudou. Não existe mais o trabalho político voluntário. Existia muito especialmente na juventude, com estudantes e alguns que se dispunham a fazer isso, às vezes pensando numa retribuição em cargo, nomeação, mas faziam gratuitamente a campanha. Hoje em dia,

ninguém mais faz campanha gratuita, tudo é pago. Quando você precisa arranjar voto, tem de gastar, e cada vez mais, do contrário não se elege.

RICARDO – Como você está olhando o Brasil agora e daqui para frente?

Eu cultivo o otimismo. Acho que o Brasil tomou uma dimensão de liderança na América do Sul, um caminho de aliança com os BRICS, afirmou-se claramente na questão do petróleo, com a Petrobras e o pré-sal. O Brasil passou a ser alvo do grande capital interessado em mudar o atual governo. Conseguiram mudar na Argentina, vão mudar na Venezuela e, para eles, têm que mudar no Brasil também. Acho que é uma repetição do que houve em 1964, mas com diferenças. Em 1964 a Guerra Fria estava no auge, com Kruschov, líder da União Soviética, desafiando Kennedy e mandando mísseis para Cuba. Na última hora o bom-senso prevaleceu e a tensão baixou, mas a intolerância americana com qualquer governo sul-americano que tivesse uma tintura esquerdista, que não fosse absolutamente fiel a eles, era total. Então, o Jango devia cair. Jango nada tinha de incompetente, era um animal político sadio, como se dizia, e sabia perfeitamente que precisava negociar. Chamou o Walter Moreira Salles, que o levou ao Kennedy. Chamou Tancredo Neves, San Tiago Dantas, chamou Celso Furtado, este para fazer o Plano Trienal e definir as reformas de base. Chamou gente competente que não era esquerdista. Mas a esquerda brasileira não compreendeu isso, nem mesmo o Partido Comunista, que achou que faria aqui a revolução de Cuba. Em 1964 não havia apreço pela democracia do Brasil em nenhum dos dois lados, nem na esquerda, nem da direita. Ninguém pensava em democracia, pensavam, sim, em dar um golpe. A direita acabou dando. E a esquerda, que pensava em colocar um milhão de trabalhadores na Praça dos Três Poderes para obrigar o Congresso a votar as reformas... Era reforma ou revolução – este era o lema. O Jango sabia disso e tentou até o último momento. Quando viu que era isso ou aceitar a proposta para demitir todos os ministros esquerdistas, ele, um sujeito de caráter, e sabendo que

ia perder, largou tudo e foi embora. Agora o quadro é outro, mas existe a pressão para mudar essa independência do Brasil liderando a América do Sul.

LUIZ CARLOS – Como você vê o fato de segmentos da classe média e da elite terem quase prazer em achar que as coisas no Brasil são sempre muito ruins? Como explicar essa falta de autoestima apesar de tudo o que avançamos nos últimos anos?

Acho que isso é fruto da mídia. A grande mídia – televisão, jornais e rádios mais importantes – é contra a política de distribuição e de afirmação da independência do Brasil. Ela é naturalmente aliada, ou associada, ao grande capital. O sucessor de Assis Chateaubriand, nos anos 1960, ficou danado porque viu que o capital estava largando os Diários Associados para pegar a Globo. No fundo, toda a mídia brasileira é comandada por interesses do capital.

LUIZ CARLOS – Mas não tem uma contradição? O Brasil é um dos grandes destinos de investimento internacional, as transnacionais ganham dinheiro aqui, o país não é uma sociedade hostil ao investimento.

As empresas americanas não são contra isso, pois ganham dinheiro aqui. Mas o poder militar americano, e mesmo o poder mundial, é que não pode abrir mão desse continente sul-americano. É um jogo de poder, não tanto de empresas, de interesse empresarial. As empresas continuam investindo aqui e ganhando um bom dinheiro.

DAVID – Na crise atual que estamos enfrentando, quanto a seu ver é político e quanto é crise econômica?

Não sei dizer, mas tem essas duas dimensões, ambas importantes. A crise econômica é evidente. O preço de nossas *commodities* despencaram, a demanda chinesa diminuiu, há uma crise internacional que se abateu sobre a economia brasileira, é claro. Agora, a isso se somou a crise política. Esta é artificial. Lembra que a Dilma cancelou uma viagem aos Estados Unidos quando soube que a NSA (Agência Nacional de Segurança)

espionava a Petrobras? Claro que espionava, e sabia de tudo o que se passava na Petrobras. Da mesma maneira, criou-se a Lava-Jato na campanha da Dilma. Esperavam derrotá-la, não conseguiram mas não se conformaram. Veio então a ideia do impeachment. Por trás, sempre a questão de que se tem de mudar o governo mais progressista, tem de dissolver os BRICS, tem de entregar o petróleo. Mas o preço do petróleo desabou. E eu acho que o pré-sal foi para o buraco.

RICARDO – O que vai acontecer daqui a três anos? E com o PT?

Não sei. O PT está muito desgastado. Ele pode vir a se reencontrar. Confio no bom senso do Lula, que virou um líder de expressão internacional. Se ele se recandidatar a uma eleição presidencial, correr o sério risco de perder. Ou de ganhar e não se sair bem. Mas política muda de dois em dois dias.

RICARDO – O que você acha que vai acontecer com a indústria brasileira?

O governo não cuidou da indústria. Isso é que é a verdade. Cuidou da distribuição de renda, melhorou a agricultura. Não cuidou da indústria e foi um erro gravíssimo. Mas o Brasil tem condições para se recuperar como país industrial. Eu ainda sou muito BNDE, acredito que a economia brasileira é uma economia mista, sim, e que o Estado tem uma presença fundamental. O Estado deve tomar algumas iniciativas, inclusive na área industrial, para formar um núcleo de expansão e alavancagem, e ver se a empresa privada por si só, o mercado por si só responde aqui e ali. Mas se não houver uma política industrial de apoio à inovação e à criação de novos polos, dificilmente se chega lá.

CARMEM – Qual é a sua melhor definição para o conceito de desenvolvimento?

No ensaio-depoimento que escrevi há pouco [ver Cadernos do Desenvolvimento 16], eu me referi ao imediato pós-guerra, quando o fascínio pelo socialismo era muito grande, os partidos comunistas cresciam na

Itália, na França, no Brasil. Na primeira eleição que o Brasil teve depois da guerra, no Rio de Janeiro, que era a grande caixa de ressonância do país, o Partido Comunista fez a maior bancada de vereadores e elegeu um senador, Luiz Carlos Prestes. Foi uma época em que, diante do poder crescente da União Soviética, o capital se viu encurralado, e precisou de uma estratégia para enfrentar o socialismo. Qual foi? Na Europa, o Plano Marshall e a social-democracia. Encheram a Europa de dinheiro a fundo perdido, e criou-se a social-democracia, que efetivamente foi a maior realização de política democrática no mundo, porque implantou governos de grande progresso econômico e que fizeram a maior experiência de distribuição na história. Ou seja, essas duas iniciativas resolveram o problema da Europa. Na África e a Ásia, a bandeira do capital foi a descolonização. O Império Britânico acabou da noite para o dia e os britânicos não deram um pio. Índia, Egito, Indonésia, todos ficaram independentes, acabaram-se os impérios. O francês ainda resistiu um pouco, mas terminou com a guerra da Argélia. A América do Sul era um quintal tranquilo, embora os partidos comunistas do Brasil, da Argentina, do Peru estivessem ativos. Então, foi preciso fazer alguma coisa. O quê? O desenvolvimento: “Vamos dar a eles a esperança de que preencherão o fosso que nos separam. Eles não são pobres como a África e a Ásia, estão a meio caminho. Vamos diferenciá-los, vamos criar uma comissão da ONU para o desenvolvimento da América Latina”. Criaram a Cepal, que foi um êxito. Houve comissões econômicas em outros continentes, nenhuma chegou perto do sucesso da Cepal. E eles incensaram a ideia do desenvolvimento, mas era um desenvolvimento exclusivamente econômico.

Eu me lembro, quando era jovem engenheiro do BNDE, que depois do expediente ficávamos conversando sobre o desenvolvimento do Brasil e havia sempre um ou outro que dizia que tínhamos de investir em educação também. Outros – eu inclusive – rebatiam: “Este é um banco econômico e temos que investir nisso, o resto vem por gravidade”. Eu defendi isso, me

lembro. A ideia de desenvolvimento era exclusivamente econômica, com a da arrancada de Rostow, a decolagem. Depois, surgiu a figura de Celso Furtado, que não sei se foi o primeiro, mas o que mais se destacou ao afirmar que o nosso caminho não era seguir o mesmo processo deles, mas encontrar a nossa via, e frisando que o desenvolvimento tem outras dimensões. Insistiu muito na questão cultural. O desenvolvimento foi ganhando corpo, com a questão social, política. Hoje essa ideia é integral. O desenvolvimento é a harmonização das sociedades em torno de um projeto nacional que, mais ou menos, atenda a todos e tenha uma dimensão econômica, sim, para moldar o processo, mas também uma dimensão social, cultural e política, a fim de que a nação se sinta participante de todo o projeto nacional.

Acho que é essa a ideia de desenvolvimento que vem se afirmando. Aí encontro a razão de ser otimista, porque o Brasil é um dos países do mundo mais propícios a isso. O desenvolvimento nos países ricos não vai mudar, pode distribuir um pouco mais a renda, mas não vai evocar, a cada manifestação, a participação popular num projeto, pois não há mais projeto nacional. O projeto deles é viver em paz. Mas nós temos o projeto de realizar um país. E nessa visão há uma especificidade brasileira, que é a Amazônia. Por isso estou insistindo no congresso internacional do Centro Celso Furtado sobre a Amazônia, que é metade do país. E que deve ter um modelo de desenvolvimento que não é o do Centro-Sul. Ainda não fomos capazes de formular tais diretrizes. Se formos, vamos dar um exemplo ao mundo, até de um novo modelo.

LUIZ CARLOS – O Brasil tem vigor interno para conseguir construir projetos originais?

Eu acho que sim, mas é um sentimento. Lembro-me de momentos que vivi. Um foram os anos 1950, o período Juscelino, com o sentimento nacional muito forte. Brasília, a mudança de capital, a indústria, os 50 anos em cinco, o Plano de Metas: os brasileiros pareciam acreditar no Brasil. O outro foi o início do governo Lula.

Aí não foi todo o Brasil, mas até a classe média foi respeitosa. Era uma ideia nova de acabar com a pobreza e incluir todos os brasileiros num projeto. Houve uma mobilização nacional. Agora isso se perdeu, mas pode acontecer outra vez.

LUIZ CARLOS – A história não acabou!

Claro! A história não acabou e muito menos a do Brasil.

§